



ACÓRDÃO Nº329/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11858/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Darcelo Cavalcante Gomes (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Alfredo Monteiro Leite Neto - OAB/AM 8306
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-MA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº. 5606/2020 – MPC - ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus, referente ao exercício de 2017 (U.G: 150101), de responsabilidade do Senhor **Darcelo Cavalcante Gomes**, Secretário Municipal Chefe da Casa Militar do Município de Manaus e Ordenador de Despesas, à época, , nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao Senhor **Darcelo Cavalcante Gomes**, Secretário Municipal Chefe da Casa Militar do Município de Manaus e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.



ACÓRDÃO Nº329/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.3.1. Nota de Empenho sem o valor total da despesa, na modalidade global, correspondente a data de início dos serviços, até o final do termo, contrariando o artigo 60, §3º, da Lei nº. 4320/1964 e o artigo 7º, §2º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993;

10.3.2. Ausência das Notas de Empenhos, impedindo, desta forma, uma melhor análise por parte da Comissão de Inspeção;

10.3.3. Inexistência de justificativas para prorrogação do contrato original, conforme determina o artigo 57, §2º, da Lei nº 8.666/1993;

10.3.4. Inexistência da garantia a ser ofertada pelo contratado, conforme exigências da cláusula I, item 7, do contrato original e exigência do artigo 56, §2º, c/c o artigo 54, §1º, ambos da Lei nº 8.666/93;

10.3.5. Adesão à Ata de Registro de Preços nº 006/2016-DIVRP/UGCM/SEMEF, de 19/01/2016, quando a mesma já não se encontrava em vigência, pois o contrato em questão fora assinado em 01/02/2017, com previsão do início dos serviços em 02/03/2017 (cláusula IV do termo), refletindo uma grave violação ao que determinam o artigo 20, caput, do Decreto Municipal nº. 3.013/2015, e o inciso II, do §3º, do artigo 15, da Lei nº 8.666/1993;

10.3.6. Inexistência de justificativas para redução do valor pactuado, exigência do artigo 65, inciso I, alínea “b”, da Lei nº. 8.666/1993;

10.3.7. Na liquidação da despesa não existe a comprovação dos servidores da Casa Militar beneficiados e as atividades que justifiquem as concessões das marmitas/quentinhas.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Abril de 2021



ACÓRDÃO Nº329/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral